

IGOR SUSANO

Só Pegadinhas CONSTITUCIONAL



**111 questões “casca de banana”
comentadas de Direito Constitucional**

DEMONSTRATIVO

AUTOR
IGOR SUSANO

SÓ PEGADINHAS: DIREITO CONSTITUCIONAL

111 Questões “Casca de Banana” Comentadas

MATERIAL DEMONSTRATIVO

1ª edição

Jan. 2025

Este material é de uso exclusivo do comprador, sendo proibido transferi-lo a terceiros, sob pena de exclusão do acesso à plataforma.

O uso desta obra para fins comerciais é expressamente proibido. Pirataria é crime.

NOTA AO LIVRO

Este livro contém 111 questões “casca de banana” comentadas de Direito Constitucional. Todos os comentários contêm a fundamentação legal correspondente, assim como a jurisprudência relacionada, quando for o caso.

Os comentários costumam ser mais objetivos, sem informações desnecessárias. Porém, dependendo do caso, as explicações vão muito além de uma resposta direta. Tudo em prol do aprendizado e da absorção do conteúdo.

Além disso, diversos trechos dos comentários foram destacados em negrito ou sublinhado para dar maior ênfase nas partes mais importantes.

Isso é tudo que precisam saber sobre o livro. Em caso de dúvidas sobre os comentários, entre em contato com o autor.

Bons estudos e rumo à tão sonhada vaga!

NOTA DO PROFESSOR E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Olá. Meu nome é Igor Susano. Sou Professor de Direito, pós-graduado em Direito Constitucional, Advogado e autor de diversas obras. Entre os anos de 2019 e 2022, fui Professor Comentarista na plataforma de questões do Gran Cursos Online, tendo comentado mais de 5.000 questões comentadas na plataforma.

Em 2017, iniciei meu trabalho nas redes sociais com a página @RevisãoConstitucional, no Instagram. Um projeto que desde o início foi muito bem recebido pelos concurseiros, estudantes de direito e oabeiros. Com o tempo, os seguidores começaram a exigir um conteúdo mais extenso, uma vez que o Instagram, embora sirva como uma ótima ferramenta de aprendizado, tem diversas limitações no Feed e no Stories. Assim, em janeiro de 2019, o primeiro livro foi divulgado.

De lá para cá, criei mais de uma dezena de livros. Sempre elaboro os materiais pensando na melhor maneira possível de entregar o conteúdo ao aluno. Por isso, busco utilizar uma didática simples e objetiva. Acredito que esse seja o motivo pelo qual os materiais são tão bem avaliados na Hotmart (é a plataforma que utilizo para disponibilizar todos os meus materiais), sem contar as mensagens quase que diárias no Instagram e no Telegram.

Desde o esboço até as revisões finais, a elaboração de um projeto exige meses de trabalho e dedicação. Tudo isso para que o material tenha melhor didática e qualidade possível.

Novos materiais estão sendo produzidos. O lançamento deles sempre é divulgado em nossas redes sociais, principalmente no Instagram. No total, mais de 700.000 seguidores recebem nossas postagens diárias!

Enfim. Vamos aos estudos. Rumo à aprovação!

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MATERIAL DEMONSTRATIVO

Para que você possa conhecer melhor o Só Pegadinhas - Constitucional, elaboramos este material demonstrativo. Ele contém 11 questões comentadas, todas retiradas do material completo.

Aproveite o material demonstrativo e bons estudos!

SOBRE O MATERIAL COMPLETO

O **material completo** do Só Pegadinhas - Constitucional possui **111 questões comentadas**. É um material 100% atualizado e que aborda inúmeras pegadinhas que já caíram em concursos públicos

1) Pagamento único: pague uma única vez para ter acesso a todo o material.

2) 30 novas questões em 2025: ao longo deste ano, incluiremos novas questões ao material, conforme as provas dos concursos públicos do CESPE/CEBRASPE forem ocorrendo.

3) Atualizações por 3 anos: dentro desse período, nós atualizaremos os comentários das questões, sempre que houver novidades legislativas e mudanças na jurisprudência.

4) Download imediato: você receberá um e-mail da Hotmart para baixar o material logo após a confirmação do pagamento!

5) Acesso vitalício: nada de acesso limitado. Você poderá baixar o material sempre que quiser. Basta acessar a Área do Aluno que ele estará disponível.

Você pode adquirir a versão completa do Só Pegadinhas - Constitucional por meio do link abaixo:

👉 <https://hotm.art/So-Pegadinhas-Constitucional-Adquirir>

Sumário do Material Completo

1 - Teoria Geral da Constituição e Preâmbulo	1
2 - Princípios Fundamentais	1
3 - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.....	3
4 - Direitos Sociais.....	6
5 - Nacionalidade	8
6 - Direitos Políticos	12
7 - Partidos Políticos	16
8 - Organização Político-Administrativa	17
9 - União	17
10 - Estados Federados.....	19
11 - Municípios	19
12 - Intervenção.....	20
13 - Administração Pública	20
14 - Poder Legislativo.....	23
15 - Processo Legislativo.....	25
16 - Poder Executivo.....	25
17 - Poder Judiciário	29
18 - Funções Essenciais à Justiça	29
19 - Defesa do Estado e Instituições Democráticas.....	30
20 - Ordem Social	32

MATERIAL DEMONSTRATIVO

QUESTÃO Q1

Acerca do conceito e da classificação da Constituição, julgue o item a seguir.

Quanto ao modo de elaboração, a Constituição pode ser escrita ou não escrita.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Quanto ao **modo de elaboração**, a Constituição pode ser dogmática ou histórica.

Quanto à **forma** é que a Constituição pode ser escrita ou não escrita.

GABARITO: errado.

-----{ QUESTÕES 02 A 16 DISPONÍVEIS NO MATERIAL COMPLETO }-----

QUESTÃO 17

Acerca dos remédios constitucionais, julgue o item.

Aquele que deseja obter informação de interesse geral, não protegida por sigilo, constante de registros ou banco de dados públicos, deve impetrar *habeas data*.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Para a obtenção de informação de interesse geral, utiliza-se o mandado de segurança (CF, art. 5º, inciso LXIX).

Não é cabível *habeas data* nesse caso, pois não se trata de informação pessoal constante de registros ou banco de dados públicos (CF, art. 5º, inciso LXXII, alínea "a").

GABARITO: errado.

-----{ QUESTÃO 18 DISPONÍVEL NO MATERIAL COMPLETO }-----

QUESTÃO 19

Julgue o item seguinte.

São direitos sociais, dentre outros, a educação, a saúde, o trabalho, a segurança jurídica, a alimentação e a moradia.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Vejam o que dispõe o texto constitucional:

CF, art. 6º **São direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a **segurança**, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Observa-se que o art. 6º da CF traz a segurança como um direito social. Porém, trata-se da **segurança pública**, que diz respeito ao dever do Estado de implementar políticas públicas de segurança que garantam aos cidadãos o direito de ir, vir e transitar em locais públicos, bem como assegurar a defesa de sua integridade física e de seu patrimônio.

A **segurança jurídica**, por sua vez, não faz parte dos direitos sociais, e sim dos direitos e deveres individuais e coletivos, estando presente no *caput* do art. 5º da CF. É um princípio que busca garantir a consistência, a solidez e a continuidade do ordenamento jurídico, assim como a estabilidade das relações nele estabelecidas.

Um desdobramento do princípio da segurança jurídica é o inciso XXXVI do art. 5º da CF, ao dispor que "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Esquematizando:

- Segurança do art. 5º da CF: segurança jurídica;
- Segurança do art. 6º da CF: segurança pública.

GABARITO: errado.

-----{ QUESTÕES 20 A 31 DISPONÍVEIS NO MATERIAL COMPLETO }-----

QUESTÃO 32

No que diz respeito à Nacionalidade, julgue o item.

Raúl Muñoz, filho de pais espanhóis, foi diplomata da República Federativa do Brasil e atualmente ocupa o cargo de Ministro de Estado da Educação. Com base no exposto, conclui-se que Raúl Muñoz é brasileiro nato.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Vamos por partes. A questão afirma que Raúl Muñoz é filho de pais espanhóis, mas não especifica uma hipótese que realmente demonstra qual é a sua nacionalidade. Portanto, esse trecho do enunciado não contém o que precisamos para responder à questão.

Após isso, a questão afirma que ele foi diplomata da República Federativa do Brasil. De acordo com o art. 12, § 3º, inciso V, da CF, os cargos da carreira diplomática são privativos de brasileiro nato. Dessa maneira, se Raúl Muñoz foi diplomata, conclui-se que ele é brasileiro nato. Do contrário, não poderia ter ocupado o referido cargo. Esse trecho do enunciado é o que precisamos para responder à questão. A afirmativa está certa.

Complementando, os cargos de Ministros de Estado, em regra, devem ser ocupados por brasileiros natos ou naturalizados (CF, art. 87, *caput*). A exceção é o cargo de Ministro de Estado da Defesa, que deve ser ocupado por um brasileiro nato (CF, art. 12, § 3º, inciso VII). Conforme mencionado, foi constatado que Raúl Muñoz é brasileiro nato por ter ocupado o cargo de diplomata, e não por conta do cargo de Ministro de Estado da Educação.

GABARITO: certo.

-----{ QUESTÕES 33 A 36 DISPONÍVEIS NO MATERIAL COMPLETO }-----

QUESTÃO 37

Acerca da Nacionalidade, julgue o item.

O Vice-Presidente da República e o Presidente do TSE são necessariamente brasileiros natos.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

O TSE é composto de, no mínimo, 07 membros, sendo 03 deles Ministros do STF (CF, art. 119, inciso I, "a").

A Presidência e a Vice-Presidência do TSE sempre será exercida por um dos Ministros do STF que compõem o referido Tribunal Eleitoral (CF, art. 119, parágrafo único).

O cargo de Ministro do STF é privativo de brasileiro nato (CF, art. 12, § 3º, inciso IV). Por consequência lógica, o Presidente do TSE é necessariamente um brasileiro nato.

Ademais, o cargo de Vice-Presidente da República é privativo de brasileiro nato (CF, art. 12, § 3º, inciso I). Portanto, o Vice-Presidente da República também é necessariamente brasileiro nato.

É necessário entender que a questão pergunta sobre quem está exercendo o cargo, e não sobre o cargo em si.

Embora o cargo de Presidente do TSE não seja expressamente considerado privativo de brasileiro nato, apenas o Ministro do STF poderá exercê-lo (este que será sempre um brasileiro nato).

GABARITO: certo.

-----{ QUESTÕES 38 A 41 DISPONÍVEIS NO MATERIAL COMPLETO }-----

QUESTÃO 42

Julgue o próximo item.

Caso uma norma que altere as disposições sobre propaganda partidária seja promulgada no mês de janeiro de 2026, ela não será aplicada às eleições daquele ano.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Vamos fazer a leitura do art. 16 da CF:

CF, art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Observa-se que o dispositivo citado fala sobre a norma que alterar o processo eleitoral, e não sobre qualquer disposição que diz respeito ao Direito Eleitoral.

Propaganda partidária não está ligada ao processo eleitoral. Portanto, a norma que alterar as disposições sobre propaganda partidária não precisa observar o prazo disposto no art. 16 da CF.

Um exemplo disso é a Resolução TSE n. 23.679/2022, que entrou em vigor na data de sua publicação e foi aplicada às eleições de 2022.

Lembrando que propaganda partidária é diferente de propaganda eleitoral.

A **propaganda partidária** tem como finalidade divulgar a ideologia, os programas e projetos dos partidos políticos, além de buscar novas filiações e promover a participação política das minorias, entre outras. O espaço reservado à propaganda partidária não pode ser utilizado para promover pré-candidato a uma eleição.

Ela é transmitida todos os anos, independentemente da realização de eleições. Porém, em anos eleitorais, o material produzido pelos partidos deve ser exibido somente no primeiro semestre, antes das convenções dos partidos para a escolha de candidaturas. O objetivo é não chocar com a propaganda eleitoral transmitida a partir de agosto do ano das eleições.

Por sua vez, a **propaganda eleitoral**, que começa a ser veiculada em agosto do ano eleitoral, busca, por meio das ferramentas publicitárias permitidas na legislação eleitoral, influenciar no processo de decisão do eleitorado, com a divulgação do currículo dos candidatos, respectivas realizações, propostas e mensagens, durante a campanha. Na propaganda eleitoral, o objetivo é conquistar o voto do eleitor.

GABARITO: errado.

-----{ QUESTÕES 43 A 49 DISPONÍVEIS NO MATERIAL COMPLETO }-----

QUESTÃO 50

Julgue o item subsecutivo.

Pedro é brasileiro e tem 23 anos de idade. De acordo com a CF/88, pela sua idade, Pedro pode exercer os cargos de Prefeito e de Ministro de Estado.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Tanto para Prefeito quanto para Ministro de Estado, a Constituição Federal exige a idade mínima de 21 anos:

CF, art. 14, § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

VI - a idade mínima de:

c) **vinte e um anos** para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

CF, art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros **maiores de vinte e um anos** e no exercício dos direitos políticos.

Com 23 anos de idade, Pedro pode exercer ambos os cargos.

GABARITO: certo.

-----{ QUESTÕES 51 A 64 DISPONÍVEIS NO MATERIAL COMPLETO }-----

QUESTÃO 65

Julgue o próximo item.

A CF/88 permite a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, observadas as regras dispostas no texto constitucional.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

A CF/88 veda a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais (CF, art. 31, § 4º). Por isso, a questão está errada. Mas vamos nos aprofundar no tema.

Sobre a fiscalização das contas municipais, existem 3 órgãos distintos: os Tribunais de Contas Estaduais, os Tribunais de Contas do Município e os Tribunais de Contas dos Municípios.

Como regra, as contas municipais são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas Estadual – TCE.

Entretanto, os Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro já possuíam um Tribunal de Contas Municipal antes do advento da CF/88. O art. 31, § 4º, da CF proíbe a criação de novos Tribunais de Contas, mas não diz que os já existentes devem ser extinguidos. Portanto, existem 02 Tribunais de Contas criados no âmbito nos Municípios: O Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Por fim, nós temos Tribunais de Contas dos Municípios (no plural mesmo, diferentemente do Tribunal de Contas do Município). São Tribunais de Contas criados **pelos Estados**, para a fiscalização dos seus respectivos Municípios. Não são Tribunais de Contas criados pelos Municípios, e sim pelos Estados. E, atualmente, existem 03 Tribunais de Contas dos Municípios: Bahia, Goiás e Pará.

O STF, inclusive, já se posicionou sobre a criação, pelos Estados, de Tribunais de Contas dos Municípios:

A Constituição da República impede que os Municípios criem os seus próprios tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais (CF, art. 31, § 4º), mas permite que os Estados-membros, mediante autônoma deliberação, instituam órgão estadual denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios [...] [ADI 687]

Esquemmatizando:

Tribunal de Contas Municipal:

- criado pelo Municípios;
- após a promulgação da CF/88, sua criação passou a ser vedada;
- apenas os Municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo possuem um Tribunal de Contas Municipal, pois eles foram criados antes da CF/88;

Tribunal de Contas dos Municípios:

- criado pelo Estado-membro;
- fiscaliza os Municípios do respectivo Estado-membro;
- Bahia, Goiás e Pará são os Estados-membros que já criaram um Tribunal de Contas dos Municípios, até o momento.

GABARITO: errado.

-----{ QUESTÕES 66 A 91 DISPONÍVEIS NO MATERIAL COMPLETO }-----

 **QUESTÃO 92**

Julgue o item.

A criação ou extinção de ministérios e outros órgãos públicos é de competência privativa do presidente da República, exceto quando implicar aumento de despesa.

() CERTO () ERRADO

 **COMENTÁRIOS**

A criação ou extinção de ministérios e outros órgãos públicos é de competência do Congresso Nacional, e não do Presidente da República:

CF, art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.

Lembrando que, ao Presidente da República, compete privativamente dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos (CF, art. 84, VI, alínea "a").

GABARITO: errado.

-----{ QUESTÕES 02 E 03 DISPONÍVEIS NO MATERIAL COMPLETO }-----

 **QUESTÃO 103**

Julgue o item subsecutivo.

De acordo com o STF, o exercício do direito de greve é absolutamente vedado aos servidores que atuam diretamente na segurança pública, não havendo exceções.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

De fato, o STF, no ARE 654.432, entende que há vedação absoluta ao exercício do direito de greve pelos servidores que atuam diretamente na segurança pública.

Nesses casos, prevalece o "interesse público e social na manutenção da segurança interna, da ordem pública e da paz social sobre o interesse individual de determinada categoria de servidores públicos" e, por isso, há uma "impossibilidade absoluta do exercício do direito de greve às carreiras policiais".

GABARITO: certo.

-----{ QUESTÕES 93 A 105 DISPONÍVEIS NO MATERIAL COMPLETO }-----

QUESTÃO 106

No que diz respeito à Ordem Social, julgue o item subsequente.

Neymar dos Santos, atleta e detentor de uma grande fortuna, lesionou-se e precisa passar por um procedimento cirúrgico. Por ter condições de arcar com as despesas médicas, Neymar deve obrigatoriamente procurar uma rede de saúde privada, visto que a saúde pública é direito das pessoas reconhecidamente pobres, conforme dispõe a CF/88.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

De acordo com o texto constitucional, "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (CF, art. 196).

Portanto, Neymar, ainda que tenha plenas condições de arcar com as despesas médicas, pode procurar a rede pública para cuidar de sua lesão.

GABARITO: errado.

-----{ QUESTÕES 107 A 111 DISPONÍVEIS NO MATERIAL COMPLETO }-----

GOSTEI DO MATERIAL! COMO FAÇO PARA ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

É ótimo saber que gostou do nosso material! **Para adquirir a versão completa** do Só Pegadinhas - Constitucional, basta acessar o link abaixo:

👉 <https://hotm.art/So-Pegadinhas-Constitucional-Adquirir>

É importante mencionar novamente as seguintes informações:

- 1) Pagamento único:** pague uma única vez para ter acesso a todo o material.
- 2) 30 novas questões em 2025:** ao longo deste ano, incluiremos novas questões ao material, conforme as provas dos concursos públicos do CESPE/CEBRASPE forem ocorrendo.
- 3) Atualizações por 3 anos:** dentro desse período, nós atualizaremos os comentários das questões, sempre que houver novidades legislativas e mudanças na jurisprudência.
- 4) Download imediato:** você receberá um e-mail da Hotmart para baixar o material logo após a confirmação do pagamento!
- 5) Acesso vitalício:** nada de acesso limitado. Você poderá baixar o material sempre que quiser. Basta acessar a Área do Aluno que ele estará disponível.

Boa compra, bons estudos e rumo à aprovação! 🚀